



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15847 - Resumo Expandido - Trabalho - 16ª Reunião Científica Regional da ANPEd - Sudeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT 09 - Trabalho e Educação

OS FAVORECIDOS DE SÃO SEBASTIÃO: AS PARCERIAS NA EDUCAÇÃO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO (2012-2021)

Regis Eduardo Coelho Argüelles da Costa - UFF - Universidade Federal Fluminense

Roberta do Nascimento Ikegami - UFF - Universidade Federal Fluminense

Breno Luís Carvalho de Oliveira Batista - UFF - Universidade Federal Fluminense

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPq/Faperj

OS FAVORECIDOS DE SÃO SEBASTIÃO: AS PARCERIAS NA EDUCAÇÃO CARIOCA

Introdução

O objetivo desse trabalho é jogar luz sobre a economia política das parcerias entre os sistemas públicos de educação e as organizações da sociedade civil, partindo da premissa de que a celebração dessas parcerias é uma das estratégias mais estimuladas pela gestão pública (Shiroma, 2012; Arelaro, 2020), independente da identificação política (declarada ou atribuída) do grupo que ocupa os cargos executivos de determinada instância de poder federativo.

Com fins de iluminar alguns dos aspectos apresentados acima, debruçamo-nos sobre os balanços de prestação de contas da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME-RJ), no período de 2012 a 2021. Com isso, pretendemos responder a algumas questões de diferentes níveis de complexidade. Qual é o perfil das instituições contratadas e quais são os valores e o período de contratação? O que esses dados nos informam sobre as diferentes frações que atuam no mercado de serviços educacionais? E, por último, como a mudança de governo municipal, ocorrida em 2017, impactou na contratação desses serviços pela SME-RJ?

Metodologia da pesquisa

Para Gramsci (2007), a ampliação da presença do Estado e o fortalecimento de seu caráter educador são condições necessárias para a manutenção do poder político pela classe dominante. A maior presença do Estado, contudo, não se dá apenas na ampliação material de seus aparatos e no alcance de suas políticas. O marxista sardo diz que as organizações da sociedade civil – os Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs) – também são Estado, à medida que cabe a elas, e a seus intelectuais orgânicos, educar para uma pedagogia da hegemonia (Neves, 2005) no cenário de disputas ideológicas em torno de concepções de mundo. Dessa maneira, o processo de dominação política – hegemonia – se dá na dialética entre sociedade política e sociedade civil, a partir da efetivação de processos de coerção e de construção de consensos.

Os procedimentos de pesquisa na extensa base de dados de “favorecidos” – denominação utilizada pela prefeitura do Rio de Janeiro para identificar as instituições contratadas para a prestação de serviços –, fornecida pela SME-RJ através de seu sítio eletrônico, estenderam-se por diversas etapas. Em seguida à análise inicial dos dados anuais, disponibilizados em formato de tabela eletrônica, extraímos daí aqueles que possuíam os seguintes descritores no campo que informava a natureza do serviço contratado: “bolsa auxílio curso de formação”; “consultorias em geral”; “serviços para fins educativos, culturais e sociais, inclusive divulgação”; “treinamento de pessoal por pessoa jurídica”; “treinamento de pessoal por pessoa física”; e “serviços de recreação e assistência social”.

Discussão da pesquisa articulada aos referenciais bibliográficos

Algumas instituições mantenedoras e parceiras dos APHs pesquisados apareceram com recorrência, tais como o Bradesco (FRM e Avalia), o Itaú (FRM, IETS, Instituto Singularidades, Ensina Brasil) e a Fundação Lemann (Ensina Brasil, Instituto Singularidades e Instituto Lecca/Apontar). O protagonismo dos dois maiores bancos privados brasileiros confirma um dos traços importantes e universais do neoliberalismo, que é a proeminência das finanças, que “[...] reestruturam o capital, o trabalho, a sociedade e o Estado em conformidade com sua posição dominante e seus interesses específicos” (Saad Filho, 2015, p. 65). Ao lado da Fundação Lemann, os dois bancos e seus respectivos braços sociais (Itaú Social e Fundação Bradesco) são alguns dos mantenedores do Todos Pela Educação.

Das parcerias selecionadas, chamaram-nos a atenção os valores pagos aos serviços de consultoria e de formação docente, e àqueles ligados aos programas especiais, como foram os casos das Escolas do Amanhã e do Programa Autonomia Carioca (Ávila; Gonzalez, 2017), duas ações do segundo mandato de Eduardo Paes frente à prefeitura do Rio de Janeiro. Os chamados serviços extracurriculares, quando oferecidos para uma grande quantidade de escolas, também envolveram valores altos, como pareceu ter sido o caso do programa de oficinas musicais do IBME.

As quantias envolvidas nas parcerias explicitam a mercadorização do acesso ao fundo público da educação (Motta; Andrade, 2020), que movimentam, anualmente, milhões de reais. Pode-se objetar a isso que os valores gastos em “parcerias” representaram uma parte ínfima do orçamento anual, que hoje está na casa dos bilhões de reais. Conclusões menos apressadas, ainda que restritas à questão dos valores monetários, sugerem possibilidades ulteriores de investigação. Uma delas é saber se os profissionais contratados por essas empresas recebem baixos salários e possuem vínculos precarizados, o que garantiria valores reduzidos de custo de pessoal e, conseqüentemente, do contrato firmado com a SME-RJ.

Nos dez anos cobertos pela pesquisa, testemunhamos dois mandatos de prefeito de Eduardo Paes, do Partido Social Democrático (PSD), sendo um encerrado (2012-2015) e outro em andamento (2020-2024). Entre 2016 e 2019, deu-se o governo de Marcelo Crivella, do Republicanos.

A mudança no poder municipal parece ter modificado, além das organizações escolhidas, os tipos de parcerias celebradas no mandato de Crivella. A diferença entre o número de parcerias estabelecidas com pessoa jurídica no governo de Eduardo Paes para o governo de Crivella foi facilmente perceptível nas tabelas anuais de favorecidos. Enquanto o primeiro estabelecia parcerias anuais com, em média, 44 organizações, o segundo reduziu para 8 esse número. O enfoque dos favorecidos na prefeitura de Crivella, no âmbito da formação continuada docente, foram as parcerias com professores das universidades públicas, associadas à ajuda de custo aos professores que frequentavam os cursos e palestras ministrados por aqueles profissionais.

Considerações finais

A abordagem panorâmica desenvolvida neste estudo confirma a ampliação quantitativa e qualitativa dos circuitos empresariais de poder que atuam na educação pública. As fundações empresariais, organizadas no Todos Pela Educação, têm, hoje, um peso inegável na grande política educacional, que se materializa em diversas ações voltadas para as comunidades escolares da cidade do Rio de Janeiro.

A presença das fundações empresariais na escola pública carioca impressiona, nesse sentido, pela sua práxis. Ao se envolverem no sem-número de questões administrativas e didático-pedagógicas, as fundações reforçam duplamente a sua capacidade de instrumentalização: primeiramente, através da introdução e do reforço de um conjunto de concepções e práticas, que, a seguir, são implementadas no cotidiano de diversas escolas públicas, por meio de parcerias com organizações sociais das mais diversas. A entrega de projetos de escolarização às organizações tem como um dos principais efeitos a ampliação da heteronomia docente, abrindo caminho para a reificação do trabalho dos profissionais da educação e sua conseqüente precarização.

Por último, destacamos que o trabalho sugeriu uma série de outras questões que merecem atenção na continuidade da pesquisa. Dentre elas, chamaram-nos especial atenção as relações entre os APHs empresariais, que envolvem mantenedores em comum e o desenvolvimento de ações conjuntas e circulação de intelectuais nos seus conselhos deliberativos e consultivos.

REFERÊNCIAS

ARELARO, Lisete. *Escritos sobre políticas públicas em educação*. São Paulo: Ed. USP, 2020.

ÁVILA, Elaine; GONZALEZ, Vania. Projeto Autonomia Carioca: parceria público-privada no ensino fundamental no município do Rio de Janeiro (2010-2015). *Texturas*, v. 19, n. 41, 2017, p. 212-232.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MOTTA, Vânia; ANDRADE, Maria Caroline. O empresariamento da educação de novo tipo e suas dimensões. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 41, 2020. p. 1-13.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.

SAAD FILHO, Alfredo. Neoliberalismo: uma análise marxista. *Marx e Marxismo*, v.3, n.4, 2015. p. 58-72.

SHIROMA, Eneida Oto. Ações em rede na educação: contribuição dos estudos do trabalho para a análise de redes sociais. In: ARAÚJO, Ronaldo; RODRIGUES, Doriedson (orgs.). *A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais*. Campinas: Alínea editora, 2012. p. 89-113.